

Estatuto do idoso na escola: os desafios intergeracionais
The elderly statute at school: intergenerational challenges
Estatuto del anciano en la escuela: los desafíos intergeneracionales

Recebido: 10/07/2016

Aprovado: 25/04/2017

Publicado: 03/08/2017

Nanci Soares¹

Joice Sousa Costa²

Denise Gisele Silva Costa³

Cristiane de Fátima Poltronieri⁴

Este é um relato de experiência, e tem como objetivo analisar proposições que emergiram a partir de uma oficina ministrada numa escola privada, com foco em professores e alunos do ensino infantil e fundamental, e com vistas a ressaltar o trabalho do assistente social na perspectiva intergeracional. Considera-se, a partir da contribuição do método dialético, que a iniciativa proporcionou e ampliou as possibilidades de vínculo intergeracional entre crianças e pessoas idosas no processo da educação formal.

Descritores: Constituição e estatutos; Ensino fundamental e médio; Idoso; Relação entre gerações.

This is an experience report that aims to analyze the propositions that emerged from a workshop conducted in a private school, focusing on teachers and students from basic and elementary school, with the objective to highlight the work of the social worker from an intergenerational perspective. Considering the contribution of the dialectic method, the initiative provided and increased possibilities of an intergenerational link between children and elders in the process of formal education.

Descriptors: Constitution and bylaws; Education primary and secondary; Aged; Intergenerational relations.

Este es un relato de experiencia, y tiene como objetivo analizar proposiciones que emergieron a partir de un taller impartido en una escuela privada, con enfoque en profesores y alumnos de la enseñanza en preescolar y escuela primaria, con el objetivo de resaltar el trabajo del asistente social en la perspectiva intergeneracional. Se considera, a partir de la contribución del método dialéctico, que la iniciativa proporcionó y amplió las posibilidades del vínculo intergeneracional entre niños y personas ancianas en el proceso de educación formal.

Descriptores: Constitución y estatutos; Educación primaria y secundaria; Anciano; Relaciones intergeracionales.

¹ Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social. Pós Doutora em Ciências da Saúde. Docente no curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Franca/SP/Brasil. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas “Envelhecimento Humano, Políticas Públicas e Sociedade” do CNPq. ORCID 0000-0002-9528-4231 E-mail: nancisoares15@gmail.com

² Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pela UNESP, Franca/SP/Brasil. Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “Envelhecimento Humano, Políticas Públicas e Sociedade” do CNPq. ORCID 0000-0001-7043-7636 E-mail: joicecostasousa@gmail.com

³ Assistente Social. Especialista em Gestão de Pessoas. Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pela UNESP, Franca/SP/Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “Envelhecimento Humano, Políticas Públicas e Sociedade” do CNPq. ORCID 0000-0003-1803-851X E-mail: denisermjc@gmail.com

⁴ Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pela UNESP, Franca/SP/Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “Envelhecimento Humano, Políticas Públicas e Sociedade” do CNPq. ORCID 0000-0001-6369-0991 E-mail: cris.poltronieri@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema intergeracionalidade resulta de uma trajetória de experiências, debates, e inquietações do Grupo de Estudos e Pesquisas “Envelhecimento Humano, Políticas Públicas e Sociedade”, reconhecido pela instituição, e inscrito no CNPq, que teve início em 2010, com o objetivo aprofundar os estudos, entender, pesquisar e discutir assuntos pertinentes à questão processo de envelhecimento humano e digno, e à proteção social destinada ao trabalhador idoso.

O grupo possui duas linhas temáticas:

1) *Envelhecimento humano e políticas públicas*, cujo objetivo é investigar o conceito de envelhecimento, a abrangência e as implicações desse processo, as condições socioeconômicas da pessoa idosa, bem como as políticas públicas que atendem às demandas e necessidades daqueles que envelhecem; 2) *Pessoas idosas: relações sociais, trabalho e sociedade*, que engloba estudos sobre as condições humanas, sociais e trabalhistas do idoso nas dimensões dos diversos grupos sociais – família, empresas, instituições em geral e governo. Propõe estudos conceituais e estudos de “casos”, com vistas a oferecer reflexões para a melhoria contínua no tratamento do idoso nas diversas esferas de seus relacionamentos humanos, econômicos, sociais e políticos. O grupo é composto por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, entre as quais se podem citar: serviço social, direito, história, psicologia, e outras.

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial que se processa de forma gradual e contínua, influenciando todos os âmbitos da vida social: saúde, previdência, assistência social, mobilidade urbana, habitação, nas relações familiares e comunitárias, e no que se refere às construções dos vínculos entre as gerações.

Na contemporaneidade, o Estado brasileiro demonstra sua ineficiência em relação ao cuidado pleno para com as pessoas idosas, pois, para além da efetivação de políticas públicas, surge também a necessidade de mudanças culturais, nos

valores e na mentalidade brasileira, isto é, precisamos de um novo olhar crítico sobre a velhice, a começar pelo investimento na mudança da percepção que a sociedade possui sobre o processo de envelhecimento e a velhice, buscando provocar a ruptura dos mitos e preconceitos que, ainda hoje, são os maiores responsáveis pela exclusão do segmento do idoso.

Para envelhecer bem, mesmo que na presença de preconceitos e exclusão, que são inerentes à dinâmica das sociedades e na relação do ser humano com a vida, a velhice depende de investimentos socioculturais em longo prazo. Um dos investimentos é a educação, que consiste em desenvolver um trabalho de educar idosos, adultos, jovens e crianças, ou seja, é um contínuo processo de desenvolvimento das possibilidades de sua construção do idoso, como sujeito dotado de cidadania¹.

Assim, a construção de um paradigma que inclua a educação para a cidadania pode criar condições para desmistificar e enfrentar preconceitos, exclusão, falta de oportunidade em todas as idades, e pode contribuir para aumentar a renda e promover a qualidade de vida, favorecendo o genuíno exercício da cidadania em um processo contínuo de aprendizado.

A educação em sua totalidade gera desafios e incertezas que nos tempos atuais são de grande utilidade para a transformação da realidade, pois são subsídios capazes de gerar a compreensão do mundo, investigando dimensões objetivas e subjetivas que se coligam na ação coletiva e refletem diretamente nas relações sociais, consequentemente formando uma nova e diferenciada reflexão das relações referentes à escola.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar proposições que emergiram a partir de uma oficina ministrada numa escola privada, com vistas a ressaltar o trabalho do assistente social na perspectiva intergeracional.

MÉTODO

A opção para este trabalho se deu na forma de relato de experiência, pois se entende que

a realidade é uma construção social na qual os fenômenos são compreendidos tendo por base uma perspectiva histórica e holística na procura da compreensão da inter-relação de um determinado contexto².

Este trabalho se deu a partir de um convite feito pela Escola Progresso e Luz ao Grupo de Estudos e Pesquisas “Envelhecimento Humano, Políticas Públicas e Sociedade”, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP), com o objetivo de desenvolver uma oficina sobre os assuntos do Estatuto do Idoso para os seus professores e alunos.

A Escola Progresso e Luz, pertencente ao ensino privado, está localizada na Zona Leste do Município de Franca, e oferece educação de ensino infantil e fundamental a crianças de quatro a nove anos de idade.

Assim, desenvolveu-se a oficina intitulada “Estatuto do idoso na Escola: desafios intergeracionais” realizada no 2º semestre de 2015 com aproximadamente 50 alunos e 8 professores.

A coordenação da oficina foi da líder do grupo de estudo e pesquisa, docente da graduação e pós-graduação em Serviço Social da UNESP- Campus de Franca, contando com a participação de suas duas orientadas de doutorado em Serviço Social.

RESULTADOS

Num primeiro momento, houve a apresentação dos responsáveis pela oficina e dos alunos e professores presentes.

No momento seguinte, abordaram-se os aspectos do processo de envelhecimento e a velhice, sendo apresentados gráficos da pirâmide etária a nível mundial e nacional, determinantes intrínsecos e extrínsecos que influenciam o percurso da vida (consumo de álcool e outras drogas, o trabalho, a estrutura de saneamento básico, e outros fatores).

Em seguida, destacaram-se os direitos fundamentais da pessoa idosa (o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária); e no decorrer desse processo, se refletiu sobre a necessidade da valorização

social da pessoa idosa, em especial àquelas com as quais a criança tem contato familiar, com o intuito de fortalecer a relação intergeracional.

Durante a oficina os alunos participaram ativamente, fazendo perguntas, relatando experiências pessoais com seus avós e com seus familiares, e demonstrando entendimento e curiosidade. A participação das crianças foi facilitada com o uso de aparelho áudio visual, vídeo, exemplos lúdicos e linguagem simples e clara.

A avaliação da oficina se deu por grupo focal e observação participante, com os professores da instituição de ensino e os responsáveis pelas crianças.

Alguns dos resultados apontados foram: estreitamento da convivência por meio do diálogo entre as crianças e seus avós e maior compreensão da necessidade da autonomia e independência das pessoas idosas para a promoção do envelhecimento digno e ativo. A oficina também permitiu maior vínculo da direção da escola com os alunos e familiares.

O tema se mostrou relevante na realidade escolar, pela maior participação dos avós na vida escolar de seus netos.

DISCUSSÃO

A temática “Estatuto do idoso na Escola: desafios intergeracionais” é relevante e atual, pois as transformações ocorridas na dinâmica familiar se refletem nas relações entre os membros familiares, principalmente no que tange à criança e à pessoa idosa.

O Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/03³, no tocante ao relacionamento do idoso com as futuras gerações, indica no art. 3º, parágrafo único, IV, a “*viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações*” como uma prioridade da família, da comunidade, da sociedade e do poder público.

A valorização do diálogo entre as gerações ajuda a combater o desrespeito. Levar o idoso a narrar suas experiências, sua memórias, sua sabedoria, é positivo, como apresentado por militantes⁴:

“... Eu não acho difícil que haja uma relação boa do idoso com a criança. Quem está no meio dessa relação é que faz isso ser bom ou ruim, o intermediário. O intermediário no caso é o pai e mãe”.

A postura dos pais da criança com relação aos seus genitores ao reclamarem de uma coisa e de outra contribui para influenciar os netos com práticas de igual atitude.

Outra questão da valorização da intergeracionalidade refere-se a “escutar o idoso”. Um dos maiores problemas na sociedade é a falta de comunicação. Uma parte considerável das divergências e conflitos entre as pessoas vem do fato de elas não se comunicarem, não ouvirem uma às outras e não aceitarem as diferenças⁵. Na velhice isso se agrava, já que a família tende a não querer ouvir a opinião do idoso, inclusive sobre questões que lhe dizem respeito.

Assim, nas relações familiares, procurar envolver a pessoa idosa no diálogo, inclusive dando a ela a possibilidade participar de deliberações sobre assuntos que dizem respeito a sua vida, é importante, como o é que a criança e as pessoas idosas tenham espaço; que suas opiniões sejam respeitadas. Nas relações familiares, é comum haver choques de ideias entre pais, filhos e netos, porque os tempos mudaram, nem sempre as pessoas conseguem colocar-se dentro da realidade na qual o outro foi formado ou em que está vivendo⁵.

Outro aspecto da valorização da intergeracionalidade refere-se ao cuidar do idoso. É preciso incentivar a nova geração a cuidar de si e do outro, seja ele envelhecido ou não, pautando suas ações em valores humanos e éticos, haja vista que é importante dialogar com as novas gerações, porque conquistar qualidade de vida é um desafio não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer. Ter qualidade de vida é um desafio para o indivíduo e para a sociedade⁶.

Portanto, ter ou não ter qualidade de vida não é uma questão de “responsabilidade individual”, os fatores econômicos, sociais e culturais interferem diretamente no bem-estar de uma população. Em outros termos, a qualidade de vida pode estar relacionada a

dois fatores: intrínseco e extrínseco. O intrínseco refere-se à subjetividade da pessoa. A concretização e a realização das expectativas positivas estabelecidas pelo indivíduo ao longo da vida podem significar qualidade de vida: não fumar; não beber; apresentar uma dieta saudável com pouco sal, açúcar e gordura; exercícios físicos frequentes; e o cuidado com o estresse do dia a dia, com controle das emoções e pensamentos.

O aspecto extrínseco diz respeito às políticas sociais que se desenvolveram ao longo dos anos para suprir as necessidades que foram evidenciadas pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural, e conquistadas através de reivindicações dos movimentos sociais.

A pessoa idosa enfrenta perdas pessoais, fisiológicas e sociais, sofrendo um processo de desvalorização, de marginalização e exclusão social. Daí a importância de se criar projetos, programas e planos para auxiliar o idoso no enfrentamento do processo de envelhecimento e velhice.

Os direitos da pessoa idosa devem ser defendidos perante a população, de modo a garantir o seu lugar numa sociedade que é mutável impulsionada pelo avanço tecnológico que pode exacerbar as desigualdades sociais e geracionais.

Assim, os profissionais que lidam com o grupo idoso devem assumir um papel socializador das informações sobre os direitos civis, políticos e sociais destes, com vistas ao envelhecimento digno e ativo.

Nesta perspectiva, a intergeracionalidade é recomendável na busca de se construir uma imagem positiva da velhice; além do quê, é preciso considerar o reconhecimento político e social das contribuições que os idosos podem dar para a geração dos mais novos, como na afirmação: “educar os jovens sobre o envelhecimento e cuidar da manutenção dos direitos das pessoas mais velhas irá ajudar a reduzir e eliminar a discriminação e o abuso”⁷.

Todavia, nestes tempos de gente “cortada”, de vida humana fragmentada,

vários são os desafios para se buscar a emancipação humana, a revelação do homem em sua totalidade, o homem muito além da mercadoria.

Ao Serviço Social se apresentam inúmeros desafios, mas o maior deles é a capacidade de decifrar a realidade e propor alternativas criativas de enfrentamento desta, alternativas que sejam capazes de preservar e efetivar direitos, na busca pela emancipação humana⁸.

Para tanto, é necessário ser um profissional propositivo, romper com as atividades burocráticas e rotineiras, buscando a apreensão do movimento da realidade e detectando possibilidades passíveis de serem impulsionadas.

A intergeracionalidade se apresenta como um grande desafio ao profissional de Serviço Social, que deve considerar a dinâmica da realidade e suas relações de produção e reprodução social, marcadas pela exploração do trabalho.

Os desafios postos ao assistente social na sociabilidade incluem: vidas ditadas e suplantadas pelo relógio, produtivismo, mercantilização dos direitos sociais, consumismo em tempos em que as relações sociais encontram resistência ao humano, condições que influem diretamente no estabelecimento dos vínculos intergeracionais.

O convívio e o necessário respeito e aprendizado que uma relação intergeracional pode proporcionar se apresenta enquanto possibilidade emancipatória do humano. Mas a tarefa de apreendê-los é árdua, bem como, de transformá-los em ações. Há uma quebra, uma fragmentação entre as várias fases da vida. É comum não haver identificação com o outro, a presença de resistência é latente, em especial em uma sociedade que atribui à juventude uma supremacia sobre as outras fases da vida. Nesse sentido o que o velho pode oferecer?

A realidade contemporânea mostra-se dinâmica, com aproximações e afastamentos, conflitos e resistências. Os indivíduos, sejam eles crianças, jovens, adultos ou velhos, se veem em meio a esta realidade enquanto sujeitos iguais ou diversos, em relações entre

o eu e o outro, “cuja existência e realidade desafiam a compreensão estabelecida de mundo, com seus valores, suas crenças e sua ordem dominante⁹”.

Tanto as crianças quanto os velhos, na contemporaneidade, são alvos de procedimentos educativos que visam à homogeneização dessas fases da vida. Isto pois, tanto a infância quanto a velhice são alvos de comparações no trato do processo educativo, visto que:

“Não é sem razão que, nos tempos de hoje, similar ao que aconteceu e acontece com a criança, a chamada ‘terceira idade’ constitui uma nova etapa educativa no interior das sociedades modernas”⁹.

A criança e o velho são destituídos de sua autonomia e independência, para determinar-se socialmente:

“Com isso descobre-se que os problemas desse outro – criança ou velho – estão em nós e na imagem que construímos de nós mesmos como padrão do que é ser, de modo pleno e completo”⁹.

As crianças e velhos são patrimônio cultural e social rico, e evidenciam a estratificação e a permanente classificação de coisas e de pessoas determinadas pela sociedade moderna. Um exemplo é o foco no adulto produtivo que é considerado, por seus atributos, numa posição superior, um modelo a ser seguido e respeitado⁹.

A modernidade em nome do capital, da supremacia do lucro sobre o homem sucateia vidas humanas, expondo crianças e velhos a viverem antecipadamente suas próprias vidas, crianças se fazendo adultos antes da hora, e adultos envelhecendo precocemente. Trata-se de uma violência da sociedade

Com isto, é preciso resgatar a infância e a velhice fora dos modelos impostos pela modernidade, impulsionando os sujeitos velhos e crianças a se identificarem enquanto sujeitos históricos e de transformação, justamente por serem capazes de vivenciar outra condição de ser, além da convencional, aos moldes da modernidade.

A tarefa de aproximar a família que envelhece da escola não é recente e nem fácil graças à incompreensão do processo educativo, que abrange os limites e a inclusão da escola, que por sua vez pressupõe que

ambas as partes, alunos e pais, tenham responsabilidades.

Os desafios impostos ao Serviço Social diante da intergeracionalidade se mostram íngremes e difíceis, pois para que sejam realmente práxis, transformação da realidade, é necessário que abarquem em sua prática os fundamentos e as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão¹⁰.

CONCLUSÃO

O desafio do século XXI é garantir um envelhecimento ativo e digno à população, buscando uma sociedade para todas as idades de forma que as pessoas idosas tenham plena participação na vida social, combatendo as expressões da questão social que comprometem o envelhecimento ativo, como: desigualdade social, solidão, isolamento social, analfabetismo, maus tratos e exposição a situações de conflitos, vulnerabilidade social, não efetivação dos direitos sociais, e outros.

A população idosa vem aumentando e a à medida em que o tempo passa, sobretudo no Brasil, o número de idosos será expressivo.

Isto requer maior dedicação dos profissionais de várias áreas que têm compromisso com a causa dos idosos, no sentido de unir esforços para que a população idosa brasileira não se sinta e nem seja vista como mais um “problema social”, mas como sujeitos que devem ter garantias de acesso a seus direitos sociais, além de poder de decisão sobre as questões que lhe dizem respeito.

Assim, mesmo em um contexto adverso à expansão e emancipação dos sujeitos sociais envelhecidos, se deve investir em ações educativas horizontais, que visem à construção da cultura ética-cidadã, como é o caso de se desenvolver projetos com a população infanto-juvenil no trato e na convivência com os idosos.

REFERÊNCIAS

1. Cachioni M. Quem educa os idosos?: um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Alínea; 2003.
2. Baptista DMT. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: Martinelli ML, org. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras; 1999.
3. Presidência da República (Brasil). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências [Internet]. D.O.U., Brasília, 3 out 2003 [citado em 3 nov 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.741.htm.
4. Britto JT. Josepha Theotônia de Britto: dirigente sindical, secretária e assessora. A Terceira Idade [Internet], São Paulo, v. 16, n. 34, p. 89-103, out 2005. [citado em 12 mar 2016]. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/8571_JOSEPHA+THEOTONIA+DE+BRITTO+DIRIGENTE+SINDICAL+SECRETARIA+E+ASSESSORA.
5. Zimerman GI. Velhice: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed; 2000.
6. Neri AL, org. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC/SP; 2007.
7. Organização Mundial da Saúde. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília, DF: Organização Pan-Americana de Saúde; 2005.
8. Iamamoto MV. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6ed. São Paulo: Cortez; 2012.
9. Gusmão NMM, org. Infância e velhice: pesquisa de ideias. Campinas: Alínea; 2003.
10. Paiva SOC. Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital. São Paulo: Cortez; 2014.

CONTRIBUIÇÕES

Todas as autoras trabalharam conjuntamente na elaboração, redação e análise do artigo.

Como citar este artigo (Vancouver)

Soares N, Costa JS, Costa DGS, Poltronieri CF. Estatuto do idoso na escola: os desafios intergeracionais. REFACS [Internet]. 2017 [citado em: *inserir dia, mês e ano de acesso*]; 5(Supl 2):318-324. Disponível em: *link de acesso e DOI*.

Como citar este artigo (ABNT)

SOARES, N. et al. Estatuto do idoso na escola: os desafios intergeracionais. REFACS, Uberaba, v. 5, p. 318-324, 2017. Supl. 2. Disponível em: <*link de acesso*>. Acesso em: *inserir dia, mês e ano de acesso*. DOI:

Como citar este artigo (APA)

Soares, N., Costa, J. S., Costa, D. G. S. & Poltronieri, C. F. (2017). Estatuto do idoso na escola: os desafios intergeracionais. REFACS, 5(Supl 2), 318-324. Recuperado em: *inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso e DOI*.